

Visão	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	504 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	122288	Página (s):	35 a 37

24-08-2006



>> CARLOS COELHO

'A defesa dos Direitos Humanos deve prevalecer'

É cuidadoso com as palavras, mas é convicto na defesa do primado do direito. O eurodeputado do PSD lidera mais uma grande investigação: as operações ilegais da CIA

RUI COSTA PINTO

CARLOS COELHO NÃO SE ALARGA em considerações pessoais. Diz-se reservado e capaz de tarefas de bastidores, mas nem disfarça a ambição política nem enjeita assumir cargos de primeira linha. Especialista em informática, exhibe uma ponta de orgulho no seu site (www.carloscoelho.org). O gosto pelo BTT e o sentido de humor apurado são os únicos sinais que contrastam com um percurso cinzento, mas consistente. Agora, volta a conduzir uma investigação delicada que o torna influente e conhecido nas altas esferas internacionais.

VISÃO: Tem acesso ao mais alto nível dos Estados e serviços secretos mundiais.

Espera ser contactado por Steven Spielberg para colaborar num guião semelhante ao do filme Munich?

CARLOS COELHO: Não. Não me vejo a escrever um guião sobre estas matérias.

A investigação sobre as operações da CIA vai ter o mesmo fim da do caso Échelon?

Se tiver, ficarei contente, pois a investigação do Échelon deu boas conclusões. O problema foi outro. Aprovámos a resolução no Parlamento Europeu (PE), no dia 4 de Setembro de 2001, e depois ocorreu o 11 de Setembro. Esta circunstância da conjuntura internacional obrigou a esquecer -, compreensivelmente à data -, todos os conflitos entre os europeus e os Estados Unidos da América (EUA).

PORTUGAL

LÍDER DA COMISSÃO

Os olhos da Europa estão em cima da investigação

O caso abarca os mandatos de dois primeiros-ministros do PSD e dois do PS, entre os quais Durão Barroso que agora, lidera a Comissão Europeia. É uma limitação. Não. Quando falamos de direitos do Homem, temos certeza de que os primeiros ministros que referiu estão interessados em esclarecer tudo aquilo que eventualmente se possa ter passado

BRUNO PORTELA



Visão	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	504 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	122288	Página (s):	35 a 37

24-08-2006

Vai escrever um livro após a investigação?

Muito provavelmente vou revelar algumas coisas, nomeadamente algumas notas pessoais. Há matérias que nem agora nem nessa altura estarei em condições de revelar. Talvez um dia, mais tarde, o possa fazer.

O caso abarca os mandatos de dois primeiros-ministros do PSD e dois do PS, entre os quais Durão Barroso que, agora, lidera a Comissão Europeia. É uma limitação?

Não. Quando falamos dos direitos do Homem, tenho a certeza de que os primeiros-ministros que referiu estarão interessados em esclarecer tudo aquilo que eventualmente se possa ter passado.

O poder político, em Portugal, poderia não estar informado sobre os voos secretos da CIA?

Sim. Pode ter havido procedimentos clandestinos dos serviços secretos que tenham entrado numa rotina tal que possam ter sido feitos na ausência do conhecimento dos responsáveis políticos.

É por isso que vai ouvir o director do SIS, Antero Luís?

Não fui eu que pedi para o ouvir. Foi a eurodeputada Ana Gomes que o propôs.

Por que razão não chamou Júlio Pereira, secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa?

Não me foi proposta. Não tenho quaisquer dúvidas em relação à necessidade de ouvir o ministro Luís Amado.

Há pouco disse que o poder político poderia não ter tido conhecimento dos voos secretos?

Deixe-me dar um exemplo concreto. Há trânsito regular de aviões da CIA. Portugal é um país amigo e facilita os transportes desses aviões. Não tem havido, sistematicamente, informação relativamente às tripulações e ao o que os aviões contêm. Nem o SIRP, nem o SIS, nem o Governo terão informação sobre essa matéria. Temos de ver se existiram abusos de confiança e que diligências devem ser adoptadas pelo Estado português para garantir de futuro que o seu espaço aéreo não seja violado em actividades que con-

trariam a Lei internacional e ofendem os Direitos Humanos. Não creio que nesse caso concreto faça muita diferença o tipo ▶

de informação que o ministro ou o director do SIS possam prestar à comissão.

Recusa a falta de colaboração dos EUA?

Durante a investigação ao Échelon, os norte-americanos cancelaram reuniões que estavam programadas. Desta vez, não. Fui recebido praticamente por todas as personalidades ou representantes autorizados a quem solicitei encontros e reuniões.

Vai ficar conhecido como eurodeputado das Investigações Impossíveis?

[Risos] Não concordo com a sua pergunta. No caso Échelon provámos a existência da rede e a cumplicidade dos cinco países que participavam nela.

Luís Amado já aceitou depor?

Ainda não o convidei formalmente a depor, apenas aprovamos a lista de personalidades que gostaríamos de ouvir. Prometi aos jornalistas que julgaria o nível de cooperação dos Estados membros e não ocultaria o resultado de nenhuma diligência. Até agora, apenas existiu da parte de Portugal uma falta de colaboração. Espero de Luís Amado maior colaboração do que a obtida por Freitas do Amaral.

A audição de um ministro é um ataque à soberania?

Os membros da União Europeia (UE) partilham valores. Não há aqui pretexto para a defesa serôdia de nacionalismos. A defesa dos direitos do Homem deve prevalecer sobre tudo o resto, como decorre dos tratado da UE que Portugal assinou. Franco Frattini, comissário da Justiça, afirmou que a prova do envolvimento de um Estado membro nesta questão deveria levar à sua suspensão da União.

É da mesma opinião?

Claro. A União é mais do que um mercado.

O ministro dos Negócios Estrangeiros

de Espanha aceitou depor. O grau de

36 cooperação dos Estados deverá ser inversamente proporcional ao seu envolvimento?

Não creio que se possa estabelecer essa relação de causalidade. Espanha está exactamente na situação de Portugal. Não há suspeita de ter prisões secretas nem de práticas de tortura, mas pode ter sido palco de transferência ilegal de prisioneiros. Não me passa pela cabeça que o Estado português possa ter um nível de colaboração inferior ao de Espanha.

Os países aliados dos EUA são os mais envolvidos?

Não. Analisámos a alegação de Maher Arar, um cidadão canadiano que foi enviado para a Síria, onde esteve preso foi torturado durante vários meses, que regressou aos EUA, para, posteriormente, o devolveram ao Canadá. A Síria não é um exemplo de um aliado dos EUA.

Existe um estado de direito visível e um estado de impunidade invisível?

Existe um estado de Direito na Europa e nos EUA. Crimes e erros podem sempre ocorrer. Os tribunais militares constituídos pelo presidente Bush, para julgar os prisioneiros de Guantánamo, foram recusados pelo Supremo Tribunal de Justiça dos EUA.

Recordo o rapto de Abu Omar, um clérigo muçulmano exilado em Itália, que foi preso e enviado ilegalmente para o Egipto. A investigação do procurador de Milão, Armando Spataro, deu origem à acusação de 22 agentes da CIA, matéria que já relatou à comissão a que presido.

BRUNO PORTELA Tem alguma informação sobre a abertura de uma investigação judicial, em Portugal?

Não. Não sei se houve ou se não houve. [Pausa] Não remeti nada para a PGR. Não sei se as alegações que vieram a público são suficientes para a PGR abrir

Visão 24-08-2006	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	504 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	122288	Página (s):	35 a 37

um inquérito. Noutros países, em que houveram procedimentos criminais, houve queixas por rapto ou maus tratos.

Qual é o critério de transparência, em termos de divulgação da informação recolhida?

A informação que me chega com um pedido de reserva não é pública. A maior parte da informação classificada que está na comissão está no regime de consulta não reproduzível. Só os deputados podem ter acesso a todos os documentos, mas não os podem copiar.

Há uma parte que se vai manter secreta?
Sim.

Os actos ilegais dos serviços secretos devem permanecer confidenciais?

Todos os dados que apontem para actividades irregulares não vão ser mantidos em sigilo. Podemos é não reproduzir os materiais que nos permitiram fundamentar essa acusação. Tenho a clara sensação de que há uma *overdose* de classificação por parte dos Estados.

É ingénua afirmar que a nossa civilização

'Espero de Luís Amado maior colaboração do que a obtida por FREITAS DO AMARAL'

'Todos os dados que apontem para ACTIVIDADES IRREGULARES não vão ser mantidos em sigilo'

deve ser pautada pelo primado da lei e dos direitos do Homem?

Se for ingénua defender os princípios que estão na convenção universal dos Direitos do Homem, na Constituição portuguesa e na nossa civilização, então tenho muito prazer nisso.

E um discurso rotulado como defensor dos terroristas.

O discurso dos terroristas passa por espelhar os direitos. Para não cair no terreno dos terroristas é preciso responder com o nosso código de valores.

A invasão do Líbano segue o primado da lei?

É preciso condenar Israel, por uma reacção desproporcionada e por jogar com os civis inocentes, e o Hezbollah, que também faz a mesma coisa.

Marques Mendes, que apoiou para a liderança do PSD, deveria reafirmar esses valores?

Não tenho dúvidas de que ele partilha dos mesmos valores. É normal que gaste mais tempo com as questões internas. Os portugueses têm tantos problemas – desemprego, nível de vida, etc. – que estão à espera que o líder do PSD se concentre muito mais no quotidiano.

Segue a política interna portuguesa?

Com muita atenção. Sou presidente da distrital de Santarém e coordenador dos eurodeputados do PSD. Aliás, fico preocupado com o estado de apatia face ao governo socialista. Há uma situação económica muito grave e tenho a sensação que há uma certa ligeireza na forma como o governo reage e cria um cenário cor-de-rosa.

Qual é a sua maior ambição política?

Tenho um mandato até 2009. Faltam três anos. Haverá um momento em que terei de pensar o que irei fazer a seguir.

Tenciona candidatar-se a um novo mandato?

Tudo está em aberto. É cedo demais para estar a fazer vaticínios. Falta ainda formar a minha vontade e a do meu partido.

Prefere as funções de gabinete, como por exemplo a investigação que está a liderar ou a coordenação das eleições autárquicas e europeias?

Não é uma questão de preferência. Desempenho as funções para que sou chamado. ■

Visão	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	504 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	122288	Página (s):	35 a 37

24-08-2006

